

Uso de medicamentos genéricos e biossimilares deve ser promovido

Especialistas em Medicamentos Genéricos e Biossimilares consideram que a Presidência portuguesa do Conselho da União Europeia em 2021 deve promover o uso de genéricos e biossimilares, face aos ganhos de eficiência para os sistemas de saúde.

TV Europa tveuropa@tveuropa.pt 09 Outubro 2020 - 11:33



Uso de medicamentos genéricos e biossimilares deve ser promovido. Foto: © Rosa Pinto

É necessário promover o conhecimento sobre os medicamentos genéricos e biossimilares e desenvolver políticas de mercado competitivas e sustentáveis. Estas são conclusões do encontro de especialistas “Valor em Saúde – o Compromisso dos Medicamentos Genéricos e Biossimilares” promovido pela **Associação Portuguesa de Medicamentos Genéricos e Biossimilares (APOGEN)**.

De acordo com a APOGEN nos últimos nove anos, a poupança gerada pelos medicamentos genéricos em regime de ambulatório tem aumentado progressivamente. Mas para, **João Madeira**, Presidente da APOGEN, o crescimento não aconteceu “de forma consistente”, apesar de ser “através dos medicamentos genéricos e biossimilares que se conseguem criar situações de verdadeira equidade vertical e horizontal”.

A segurança e eficácia dos medicamentos genéricos e biossimilares estão amplamente comprovadas e confirmadas, e é reconhecido que o Serviço Nacional de Saúde tem um

problema de sustentabilidade, no entanto “continuamos a não usar na potência máxima os efeitos dos genéricos e biossimilares”, referiu **Hélder Mota Filipe**, professor Associado da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa.

Para o especialista as “considerações sobre o papel que estes medicamentos podem ter, não só a nível nacional, mas também europeu” devem ser tidas em conta pelas autoridades europeias e nacionais.

Os especialistas fazem as seguintes recomendações para a **Presidência do Conselho da União Europeia 2021**:

1. Promover o conhecimento sobre os medicamentos genéricos e biossimilares através do envolvimento dos parceiros estratégicos, nomeadamente os profissionais de saúde, os doentes e os decisores políticos, promovendo a autogestão informada dos processos de saúde e a melhoria dos níveis de saúde da população;
2. Integrar, nos sistemas de prescrição, informação atualizada de suporte à decisão sobre a disponibilidade dos medicamentos genéricos ou biossimilares, promovendo uma prescrição mais racional e custo-efetiva;
3. Avaliar as normas de orientação clínica e os algoritmos de suporte à decisão clínica logo que um medicamento biossimilar ou genérico esteja disponível e promover a sua adoção, sempre que se justifique do ponto de vista terapêutico, melhorando os resultados para o doente e/ou promovendo ganhos de eficiência para os sistemas de saúde, nomeadamente para o SNS. É também importante que, logo que haja genéricos ou biossimilares disponíveis, que as orientações clínicas possam ser, quase de imediato, revistas ajustando-as a estas realidades;
4. Fomentar a previsibilidade e a concorrência, por parte dos sistemas de aquisição, garantindo a total execução dos concursos, a reabertura dos processos de aquisição após a entrada no mercado de um primeiro medicamento genérico ou biossimilar e que os prazos de adjudicação incorporem o lead time de fabrico;
5. Desenvolver políticas de mercado competitivas e sustentáveis que tenham em consideração a viabilidade económica dos fornecedores de medicamentos genéricos e biossimilares e o papel que representam para a sustentabilidade e a preservação do SNS a longo prazo.

No encontro da APOGEN os especialistas abordaram a oncologia. Rosa Giuliani, médica oncologista e responsável pela *Public Policy* da Sociedade Europeia de Oncologia Médica (ESMO), referiu: “Há medicamentos essenciais que, no entanto, não estão disponíveis para muitos doentes”.

Rosa Giuliani acrescentou: “Tem havido muita discussão sobre os biossimilares, mas, para mim, enquanto profissional de saúde, o que é mais importante é que os medicamentos biossimilares vão permitir um aumento do acesso e um aumento do acesso a opções de tratamento importantes, contribuindo para a sustentabilidade do tratamento do cancro”.

A oncologia “representa encargos muito elevados nos sistemas de saúde, com a perda progressiva de patentes a configurar um potencial de poupança significativo”, referiu **Rui Santos Ivo**, presidente do INFARMED.

João Madeira referiu da importância do uso das ferramentas digitais para aumentar o acesso aos medicamentos, com qualidade e sem um aumento dos gastos, e indicou a necessidade de ser criado “um simplex para a área do medicamento”, assim como “o uso mais intensivo de softwares de prescrição, a adoção de folhetos informáticos eletrónicos, a redução da despesa através da eliminação de embalagens teste”.